

OS VERSOS DE *PARAÍSO PERDIDO* LIDOS COMO ÚLTIMO GESTO DE LIBERDADE DE MILTON

John Milton nasceu há 400 anos – pretexto para João Pereira Coutinho nos recordar o seu legado: «É também um revolucionário moderno à frente do seu tempo ao defender como o poder político depende do consentimento popular.»

I De que falamos quando falamos de liberdade? A questão pode parecer prosaica: todos os dias, em discursos públicos ou privados, alguém proclama o seu intocável amor pela liberdade. E, no entanto, definir o termo é tarefa homérica, que faz correr rios de tinta crítica.

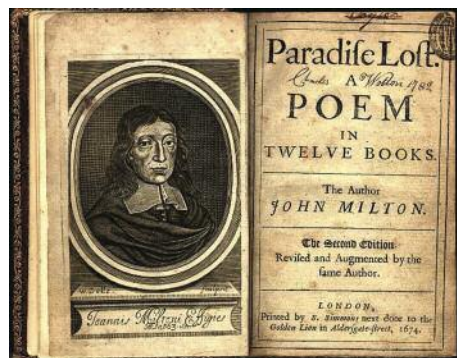
Em 1958, em discurso que se converteria em peça clássica da Teoria Política Contemporânea, Isaiah Berlin (1909-1997) procurou dar uma resposta. Existem várias acepções do termo «liberdade», começava por afirmar Berlin. Mas o autor iria ocupar-se de apenas dois conceitos de liberdade – um negativo, outro positivo – que, segundo o filósofo britânico, acabaram por divergir historicamente, constituindo-se como pólos distintos e oposicionais. A um conceito positivo de liberdade, que Berlin identificava com o desejo humano de autonomia, contrapunha o filósofo um sentido clássico (e negativo) de liberdade, ou seja, a defesa de um espaço onde eu posso agir sem a coerção intencional de terceiros.

A distinção de Berlin ainda hoje alimenta polémicas na Academia. Mas nas suas reflexões sobre a liberdade, Berlin acrescentava um aviso que, por vezes, é ignorado pelos especialistas: a liberdade só existe quando os homens podem escolher entre alternativas. A observação parece um truísmo – mas durante a Guerra Fria não era. Para todos aqueles que subscreviam teorias alegadamente científicas e deterministas da História, a «verdadeira» liberdade consistia em conhecer as inexoráveis leis do processo histórico e actuar de acordo com elas.

Berlin recusava-se a aceitar tal violência: se existem leis que determinam o que somos ou escolhemos, isso não representa um acréscimo de liberdade humana. Representa, no limite, a consciência ou o conhecimento de que existem tais leis. Mas se não existe um espaço onde eu posso escolher entre alternativas reais sem ser determinado pelas leis inexoráveis da História, a liberdade deixa de ter qualquer sentido ou valor.



CDR



CDR



CDR

Uma das primeiras edições do épico maior de John Milton; *Milton Dictating to his Daughter* (1794), pintura de Henry Fuseli; à direita, ilustração para *Paraíso Perdido* (c. 1660), de Richard Westall.

II Não sei se Isaiah Berlin leu John Milton (1608-1674), nascido há precisamente 400 anos. Mas quando leio Milton, e sobretudo quando leio o seu épico maior, *Paraíso Perdido* (1667-1674), é em Berlin que imediatamente penso. Porque a vida de Milton não é explicável sem a palavra «liberdade».

Começa por não ser explicável no sentido mais básico: partidário da causa republicana e um dos apoiantes entusiásticos da execução de Carlos I em 1649, Milton não foi apenas figura de relevo no *cursus honorum* do consulado de Oliver Cromwell. Ele começa por se afirmar como uma espécie de revolucionário moderno *avant la lettre*, defendendo publicamente liberdades civis impensáveis na Inglaterra seiscentista, como o divórcio (que o ocupou, pessoal e teoricamente, nos anos de 1643 e 1644) ou o direito à liberdade de expressão, contido em *Aeropagitica*, um documento de 1644 que ainda hoje se lê com prazer e proveito por todos aqueles que prezam essa liberdade fundamental.

E Milton é também um revolucionário moderno à frente do seu tempo ao defender e escrever, século e meio antes dos incendiários discursos de Richard Price (o «*radical dissenter*» que levaria Burke a compor as suas *Reflections on the Revolution in France*), como o poder político depende do consentimento popular, que pende como uma verdadeira guilhotina sobre a cerviz de reis ou magistrados. Ler *The Tenure of Kings and Magistrates*, publicado dias depois da execução de Carlos I, é antecipar, em 150 anos, a retórica que se ouviria depois da queda da Bastilha.

Todos sabemos como as aventuras republicanas de Milton terminaram: com o regresso do absolutismo régio de Carlos II e a decapitação (e exibição pública) de Cromwell. E Milton? Milagrosamente, sobreviveria à Restauração: completamente cego a partir de 1652, foi provavelmente esta dramática «escuridão visível» que poupou Milton a um fim igualmente funesto. Afastado da vida pública, Milton executa o seu último gesto de liberdade: um recuo interior e espiritual para compor, a partir de 1660, o seu *Paraíso Perdido*.

III Seria uma pretensão lunática resumir o épico de Milton em tão pouco espaço. Mas talvez não seja demasiado herético afirmar que é novamente a liberdade que ocupa a pena, ou os longos ditados, de Milton. E, desta vez, a liberdade antideterminista de que Berlin falaria no século XX.

Paraíso Perdido é, ao longo de 10 565 versos, uma descrição sublime da Queda do Homem e da sua consequente expulsão do Paraíso. É também uma narrativa que promete a redenção da espécie humana pela Incarnação e pelo Sacrifício do Filho de Deus. Mas relendo *Paraíso Perdido*, finalmente publicado entre nós pela Cotovia com tradução de Daniel Jonas, é impossível não formular a mais antiga (e agostiniana) das questões: como é possível conciliar a ideia de um Deus onnipotente e infinitamente bom com a presença do Mal no mundo?

Relembremos Berlin: um universo determinado, ou predeterminado, seria uma negação da liberdade no seu sentido mais nobre e profundo. Ou, dito ainda de outra forma: Deus não criou

Na obra de Milton encontramos uma conclusão redentora: os reis merecem ser questionados, seja na Terra ou no Céu, para nossa salvífica perdição.

anjos ou Homens sem possibilidade de escolha. Deus não criou marionetas que se limitam a obedecer à Sua vontade. Criou anjos e Homens com capacidade de escolha. «Fi-lo [ao Homem] justo e recto,/ Capaz de se opor; livre de cair» (III: 98-99). E se assim foi com o Homem, assim foi com o agente da nossa perdição, que por inveja ou orgulho inicia a revolta que conduz à nossa Queda. Um acontecimento literalmente diabólico, que a descendência adâmica só tem a lamentar?



©Hulton Archive/Getty Images

Não necessariamente – e a resposta de Milton, curiosamente, não deixa de evocar a posição de Agostinho sobre as possibilidades (também) benignas que a liberdade de escolha oferece aos Homens. É um facto que perdemos o Paraíso – esse estado de plenitude que, por vias seculares e tantas vezes sanguinárias, os Homens procuraram recriar na Terra. Mas a liberdade do Homem, e mesmo a liberdade para o Mal, acabou por fazer cumprir o plano divino: a Incarnação

do Filho e a Redenção por Ele. E permitiu aos Homens o verdadeiro conhecimento, que se assume sempre como uma recusa dolorosa da inocência.

Quatrocentos anos depois do seu nascimento, ler a vida e a obra de Milton permite-nos encontrar uma conclusão redentora: a de que os reis merecem ser questionados, seja na Terra ou no Céu, para nossa salvífica perdição. ■ **João Pereira Coutinho**